

PLURALISMO NO CAMPO: OS ESTUDOS NARRATIVOS COMO PESQUISA INTERDISCIPLINAR

Este nosso texto¹ explora o pluralismo na pesquisa organizacional (PO) a partir de uma perspectiva disciplinar. Assume os estudos narrativos como um pluralismo teórico e metodológico que procura articular a PO e as humanidades. Nos últimos 25 anos as abordagens narrativas tornaram-se crescentemente populares em PO, se bem que não tenha havido até agora assentimento quanto ao contributo ou ao significado deste trabalho (ver bibliografia em anexo). Além disso, e apenas com algumas excepções (O'Connor, Hatch, White e Zald, 1995), o desafio do pluralismo, isto é, da interdisciplinaridade, colocado pelos estudos narrativos à PO, não foi ainda examinado.

Este texto toma os estudos narrativos como um domínio fértil para um trabalho pluralista em PO e exhibe dois propósitos: em primeiro lugar, e ao ajudar a preencher o hiato entre a PO e as humanidades, oferece uma abundante literatura sobre a natureza interdisciplinar dos estudos narrativos; em segundo lugar, propondo uma perspectiva histórica dos estudos narrativos em PO, dá conta do estado actual e das possibilidades futuras de um tal empreendimento.

As abordagens narrativas são apresentadas quer como bem posicionadas para conduzir a PO em direcções promissoras, quer como necessitando ainda de manter um diálogo mais amplo com a PO tradicional de modo a conseguir aquele objectivo.

O artigo está estruturado em cinco secções principais: (1) um enquadramento dos estudos narrativos que os insere numa pesquisa mais vasta sobre a importância e as operações da linguagem, remontando para o efeito à filosofia do

Ellen S. O'Connor

Scandinavian Consortium for Organizational
Research, Stanford University

¹ Tradução de R. F. A.

século XIX e início do século XX; (2) algumas definições de narrativa, quanto à forma e ao conteúdo, com insistência neste último; (3) uma digressão sobre a natureza interdisciplinar dos estudos narrativos, incidindo-se muito em particular na filosofia, na psicologia e na antropologia; (4) um relance sobre o contributo das abordagens narrativas para os estudos organizacionais até ao presente; (5) uma crítica das contribuições e sugestões de tendências promissoras para o futuro.

Contextualização dos estudos narrativos

Em anos recentes, especialistas de várias disciplinas destacaram a significativa atenção concedida neste último século à linguagem, nomeadamente na filosofia do século XIX e início do século XX (pragmatismo, hermenêutica e fenomenologia) e na linguística (pragmatismo e semiótica). Howard (1991) situa esta pesquisa no contexto de um debate entre o romantismo e as luzes; Lyotard (1979) localiza-a na transição do modernismo para o pós-modernismo. Nietzsche explica as acções humanas referindo-se a fenómenos literários como a metáfora e os tropos (Cheney e Tompkins, 1988: 457), sendo esta linha de investigação prosseguida por Kenneth Burke, o qual concebia a vida humana como «uma conversa interminável» (Burke, 1957: 94-97; e também Cheney e Tompkins, 1988: 464-468); por Heidegger, que descrevia o ser humano como mantendo uma «conversação (...), e sendo a unidade dessa conversação o que suporta a existência humana» (Heidegger, 1949: 278); e, mais recentemente, por Hayden White (White, 1980, 1981, 1987), cuja obra realça o papel da imaginação, o que inclui a forma narrativa, seja na historiografia, seja nas ciências sociais.

Rabinow e Sullivan (1979: 1) explicam a mutação interpretativa («interpretive turn») do século XX como uma reacção ao positivismo (Comte, Carnap) e ao esforço para «integrar as ciências do homem num paradigma científico natural» (Rabinow e Sullivan (1979: 4). Contrariamente a este paradigma, o «interpretive turn», pelo seu lado, enfatiza: (1) a actividade humana enquanto oposta ao determinismo; (2) a complexidade e a variedade humanas em oposição à simplicidade; (3) o papel do contexto e do mundo na actividade humana, especialmente na interpretação dessa actividade. Em resumo: este paradigma põe em relevo o «compromisso humano, a subjectividade e a intenção» (Rabinow e Sullivan (1979: 12). A compreensão contextual é também importante, e, como nota Bruner, corre contra os objectivos da ciência: «Na linguística, uma obra de literatura ou de crítica literária atinge a universalidade através de uma sensibilidade ao contexto; já uma obra de ciência atinge-a pela independência face ao contexto» (Bruner, 1986: 50). Bruner opunha a «narrativa» ao modo de cognição ou de compreensão «paradigmático». No que respeita à primeira, via-a desempenhar um papel vital na formação do *self* – na organização da experiência e na memória humana; quanto ao segundo, via-o como um meio para comunicar principalmente elementos técnicos e científicos. Weick e Browning usaram para a comunicação organizacional uma distinção similar entre paradigmas «argumentativos» e «narrativos» (Weick e Browning, 1986); e Ricoeur, acompanhando Winch (1958), justapõe uma reflexão hermenêutica ou interpretativa a um «comportamento governado por regras» (Ricoeur, 1971: 543).²

As teorias da construção social da realidade (p. ex. Berger e Luckmann, 1966) têm sido um terreno muito rico para um «interpretive turn» nas ciências sociais, o que inclui o estudo das organizações.³

² Esta «oposição binária» entre narrativa, por um lado, e argumento, ciência ou regra, por outro, será discutida mais adiante.

³ Para uma visão de conjunto sobre o papel da narrativa nas ciências sociais, ver Polkinghorne, 1988.

A importância da linguagem, em particular para a PO, foi assinalada anteriormente por March e Simon (1958: 161-169), os quais chamaram a atenção para o seu papel fundamental na configuração das percepções e na produção de sentido para os eventos; de facto, estes autores tornaram a linguagem central na suas análises sobre a comunicação nas organizações. Posteriormente, Pondy e Mitroff, ao procurarem explicitamente «rectificar (um) esquecimento da linguagem» nos estudos organizacionais (Pondy e Mitroff, 1979: 35), assinalaram as seguintes funções da linguagem quer no comportamento organizacional, quer noutros comportamentos humanos:

1. Controla as nossas percepções; tende a revelar à experiência consciente aqueles acontecimentos para os quais não existem ainda termos na linguagem.
2. Contribui para definir o sentido das nossas experiências ao categorizar fluxos de acontecimentos.
3. Facilita a comunicação; ninguém pode trocar ideias, informação ou sentidos excepto quando a linguagem o permite.
4. Oferece um canal de influência social.

Contudo, Pondy e Mitroff sugeriram que «a integração do conceito de linguagem na teoria formal das organizações pode começar a dar-nos uma compreensão mais profunda da percepção, da criação de sentido, da comunicação e da influência social» (Pondy e Mitroff, 1979: 27). Generalizando, eles vêem numa PO orientada para a linguagem a possibilidade de compreendermos «os próprios processos pelos quais são criadas e se desenvolvem as organizações humanas». Citando um estudo de Clark (1972) sobre sagas organizacionais, observaram:

Através do uso da linguagem para criar e propagar uma saga, a organização pode tornar-se muito mais do que apenas um dispositivo ou instrumento social; pode tornar-se uma cultura com um passado e um futuro plenos de sentido. Mas esta imagem da organização não seria possível sem levarmos em conta as funções simbólicas e expressivas da linguagem (Pondy e Mitroff, 1979: 27-28).

Pondy, Mitroff e Clark estiveram próximos de falar aqui expressamente de narrativa. Contudo, em trabalhos anteriores, Mitroff e um outro co-autor referiram-se especificamente às histórias («stories») e ao acto («storytelling») de contar histórias (Mitroff e Kilmann, 1975; Mitroff e Kilmann, 1976). Estes trabalhos identificaram respectivamente a narrativa como «uma nova ferramenta para a resolução de problemas organizacionais» e como «uma abordagem ao *design* e à análise das organizações».⁴

A narrativa pode ser definida como uma forma linguística singular. No projecto geral de abordar a linguagem (p. ex. Hirsch e Andrews, 1983; Taylor, 1985), muitos autores assinalaram uma variedade de tais formas, o que inclui o texto (p. ex. Brown, 1987; Cheney e Tompkins, 1987; Kets de Vries e Miller, 1987; Ricoeur, 1979; Thachankary, 1992); o discurso (p. ex. Harre e Gillet, 1994); a semiótica (p. ex. Barley, 1983); e a retórica (p. ex. Nelson, Megill e McCloskey, 1987). As observações feitas a propósito da linguagem também se aplicam à narrativa, se bem que a narrativa permaneça uma forma linguística única – ela é mais do que apenas texto, discurso ou retórica. A secção seguinte deste artigo define o termo mais rigorosamente e com referência específica ao seu valor para a PO.

⁴ Neste artigo, e de acordo com uma história de vinte e cinco anos de PO, usarei os termos «história» e «narrativa» como equivalentes.

O que é (e porquê) a narrativa?

Talvez a definição mais simples de narrativa seja a proposta por Smith. Para ele, as narrativas são «actos verbais que consistem em alguém dizer a outrem que algo aconteceu» (Smith, 1981: 182). A teoria e a crítica literária geraram um subdomínio conhecido como narratologia (ver, por exemplo, Martin, 1986; Prince, 1994), o qual se ocupa exclusivamente em estudar as formas e as funções da narrativa. Os elementos típicos da narrativa incluem a sequência temporal, personagens (com motivos), intriga, narradores, narratários e também cenários (p. ex. Burke, 1969).

Na tradição literária, os formalistas russos (p. ex. Propp, 1968) assinalaram uma dupla função da narrativa: (1) o relato de acontecimentos; (2) a articulação desses acontecimentos numa totalidade de sentido. Deste modo, e de acordo com Vico (1988), entenderam a narrativa quer como representação do mundo, quer como a reconstrução imaginativa desse mundo.⁴

Num registo mais rigoroso, os linguistas entendem a narrativa como uma unidade específica, definível e delimitada do discurso oral ou escrito. Labov (1972) define a narrativa como uma recapitulação da experiência passada na forma de uma sequência verbal de proposições que corresponde a uma sequência de acontecimento que realmente ocorreram. Labov identifica cinco partes de uma narrativa: (1) um resumo de toda a narrativa; (2) uma orientação, que estabelece o tempo, o lugar, as pessoas e a situação; (3) séries de proposições simples no pretérito imperfeito e capazes de ordenar temporalmente os acontecimentos que relatam; (4) um desfecho que assinala formalmente o fim da narrativa e deve trazer a acção para o momento da narração; e (5) uma avaliação ou uma indicação do «ponto» da narrativa (como deve ser compreendida). Esta última parte é particularmente significativa.

A estrutura de avaliação não só diz ao ouvinte ou ao leitor o que é importante, mas também faz passar um juízo normativo sobre «o modo como as coisas são, o modo como deviam ser e o tipo de pessoa que é aquele que fala» (Linde, 1986: 187).

Uma vez que as narrativas exigem do ouvinte uma invulgar disponibilidade de tempo, devido às convenções sociais da alternância numa conversa, elas devem interessar ou conter novidades.

Mais difícil de apreender do que a forma, e também mais significativa, é a substância da narrativa. O que comunica a narrativa e com que fins? Muitas respostas têm sido sugeridas, todas elas consideravelmente mais impressionistas do que a definição formal de Labov.

A competência narrativa é pressuposta como crucial para dar sentido ao mundo (Boland e Schultze, 1996: 64; Blyler, 1995; White, 1981) e à nossa própria vida (Linde, 1993). A narrativa traz factos «à vida» (Boland, 1993; Boland e Schultze, 1996: 64). Em particular, o entendimento da narrativa como um meio para produzir sentido é mencionado por vários autores (Boland e Schultze, 1996: 66, 69; Gabriel, 1991: 871; Maines e Bridger, 1992: 363; O'Connor, 1996: 309; White, 1981: 251). Igualmente central na produção de sentido é o estabelecimento de relações. A forma narrativa coloca os acontecimentos em relação uns com os outros e ainda com o narrador; além disso, coloca os narradores em relação com narratários e com circunstâncias (Chambers, 1984; Smith, 1981).

Primeiramente, ao nível da forma narrativa, por exemplo, a cronologia narrativa implica uma causalidade face a um acontecimento subsequente, isto é, transforma acontecimentos

⁴ Para mais esclarecimentos sobre uma perspectiva literária da narrativa, ver O'Connor, 1996.X.

anteriores em causas (Polkinghorne, 1988: 50). De modo ainda mais simples, as decisões sobre por onde começar e finalizar uma narrativa, o que incluir ou excluir, o que realçar ou o que ocultar, todas essas decisões constituem relações internas de produção de sentido (O'Connor, 1995; Wilkins e Thompson, 1991). Por isso, Gergen e Gergen destacam um «aspecto essencial da narrativa», ou seja, a sua «aptidão para gerar direccionalidade entre séries de acontecimentos que, de outro modo, permaneceriam isolados (Gergen e Gergen, 1984: 174).

Essencialmente, a narrativa estrutura acontecimentos de tal maneira que estes exibem, em primeiro lugar, conexão ou coerência e, em segundo lugar, um sentido de movimento ou de direcção no tempo (Gergen e Gergen, 1984: 174).

Além disso, as narrativas estabelecem um objectivo ou um ponto de chegada valorizado. Os acontecimentos são seleccionados e combinados tendo em consideração a probabilidade de se atingir esse objectivo (Gergen e Gergen, 1984: 175). Todos estes aspectos puramente formais contribuem para a função e para a operação de produzir sentido por parte da narrativa.

Em segundo lugar, e mais importante ainda, o acto de narrar estabelece laços entre narradores, narratários e as circunstâncias da sua interacção (Smith, 1981). Por essa razão é que, para Chambers, o sentido é contextual e as narrativas «ininterpretáveis excepto no quadro de uma situação global» (Chambers, 1984: 6).

A pertinência (...) resulta de algo exterior à história e pode ser entendida como a percepção da coerência enquanto função da situação narrativa. As várias partes de uma história são pertinentes umas face às outras, de tal modo que, tomadas em conjunto, constituem a pertinência da história relativamente à sua situação; e a pertinência é, então, em última instância, a percepção de uma relação entre o discurso da história e a situação da história. Assim sendo, a pertinência implica – no mínimo – um contador de histórias e um ouvinte, bem como algum tipo de acordo entre eles sobre o significado da sua participação conjunta na situação de uma história (Chambers, 1984: 20).

Esta «situação da história» excede amplamente a interacção narrador-narratário e pode ser transposta para outras ocasiões mais englobantes que enquadram essa situação (como é o caso de uma iniciativa organizacional), e ocorrem no contexto da história de uma organização, no contexto de uma localização geográfica ou, ainda, de uma indústria geral (O'Connor, 1998a). Boland e Schultze, na sequência de Linde (1993), referem-se às narrativas como estando «ancoradas numa cultura» (Boland e Schultze, 1996: 69). A riqueza do contexto das próprias narrativas, bem como a necessidade de levar em consideração esse contexto quando as interpretamos, é crucial nas abordagens narrativas. De facto, Sarbin identifica a narrativa como encarnando a abordagem mais puramente «contextualista» do conhecimento (Sarbin, 1993). Na produção e na interpretação de narrativas, o «sentido» resulta de densas referências, implícitas ou explícitas, a «itens pertinentes de especificação, como sejam as histórias de vida, bem como os itens culturais e socio-estruturais, entre outros» (Rosenwald, 1996; Pepper, 1942). Por exemplo, «um acto que surge como desafiador lança numa luz mais intensa a envolvente do que é desafiado, de tal modo que podemos, então, perceber a forma específica de desafio que esse acto gerou» (Rosenwald, 1996: 271). Do mesmo modo, Tenkasi e Boland definem a «compreensão» como uma «visão» das coisas em termos de um contexto envolvente» (Tenkasi e Boland, 1993: 85).

Em termos mais literários, e de acordo com a noção de intertextualidade de Kristeva (1986), as narrativas tornam-se significantes no interior de uma extensa rede de narrativas (O'Connor, 1997). Somers, por exemplo, põe as narrativas em relação com outras narrativas ou com as inúmeras histórias de relações cruzadas em que os actores sociais são envolvidos ou se envolvem a si próprios» (Somers, 1994: 607).

Em termos mais globais, Fisher defende que as narrativas tornam possível a comunidade, ou mais especificamente, que as narrativas partilhadas constituem e afirmam a comunidade (Fisher, 1992), o que está em consonância com a ideia de tradição em Shils (Shils, 1981). Pelo seu lado, Boland e Schutze descrevem um «processo narrativo de produção de sentido», «situado nas interações entre pessoas que partilham um contexto comum». Acompanhando Roberts (1991), Boland e Schutze sustentam que a proximidade espacial é condição necessária para a formação de uma narrativa: «A construção do eu no diálogo com outros indivíduos garante que esse eu está firmado nas relações com os outros» (Boland e Schutze, 1996: 65).

Por fim, Feldman, no seguimento de Turner (1967, 1969), atribui às narrativas um «poder transformacional». A qualidade «sintética» destas vai para além do dizer o que aconteceu, implicando mesmo o que deveria acontecer ou o que pode acontecer. Assim, as narrativas não só influenciam o pensamento, o e a vontade, mas igualmente a construção da própria realidade social (Feldman, 1990: 814).

Deste modo, os especialistas da cultura organizacional viram na narrativa um recurso e um método para estudar o controlo organizacional (p. ex: Wilkins, 1983); os teóricos críticos, e outros, convocaram-na para as suas investigações de etnografia (p. ex: Blyler, 1996) e, de um modo mais geral, para as análises sobre o «funcionamento do poder» (p. ex: Mumby, 1988). A narrativa é significativa nestes contextos em resultado da sua força moral (Johnson, 1993; White, 1981), a que os linguistas chamam «capacidade de avaliação». Para White (1981: 23), a narratividade, o sentido, o fechamento e a perspectiva moral são inseparáveis. Acima de tudo, a narrativa é um acto constitutivo da identidade e uma procura universal de sentido na vida humana:

A narrativa é (...) um universal humano na base do qual as mensagens transculturais acerca da natureza de uma realidade partilhada podem ser transmitidas. Surgindo, como diz Barthes, entre a nossa experiência do mundo e os nossos esforços para descrever essa experiência na linguagem, a narrativa «substitui incessantemente o sentido pela cópia dos acontecimentos narrados». E segue-se, deste ponto de vista, que a ausência de competência narrativa ou a recusa da narrativa indicam uma ausência ou uma recusa do próprio sentido» (White, 1981: 2).

De acordo com White, a narratividade tem origem no «desejo fundamentalmente humano de ver acontecimentos reais revelarem a coerência, a integridade, a plenitude e o fechamento de uma imagem da vida que é, e apenas pode ser, imaginária» (White, 1981: 23).

Resumindo, a narrativa tem certos atributos formais, tais como elementos e estruturas típicas. De forma muito significativa, ela é reconhecida como substantivamente complexa: implica universalmente a natureza humana, bem como contextos culturais, e outros, altamente específicos; entrelaça a experiência humana objectiva e subjectiva; e articula o conhecimento individual e intersubjectivo, local e universal, objectivo e subjectivo. Como White (1981: 1) assinala, o termo «narrativa» vem do latim «gnarus», que significa «conhecer», «travar conhecimento com» e «conhecedor». Portanto, se alguém conhece, é capaz de produzir uma narrativa acerca daquilo que

conhece. Deste modo, a narrativa é a forma em que o conhecimento vive encarnado. Não é, pois, surpreendente que um grande número de disciplinas venha estudando a narrativa como um veículo e um gerador de conhecimento. A próxima secção passará em revista algumas destas disciplinas, de natureza sobretudo humanística, e o seu contributo para o nosso conhecimento da narrativa.

Uma digressão interdisciplinar

Filosofia

O filósofos concentraram-se em primeiro lugar nas relações que a forma narrativa estabelece com a reflexão ética e a acção. «Os seres humanos podem ser chamados a prestar contas por aquilo de que são os autores; outros seres não podem» (MacIntyre, 1981: 209). Esta descrição toma a forma narrativa. As histórias desenvolvem a capacidade reflexiva para agir face a coisas que são boas ou más, como se lhes referiu Aristóteles (Hauerwas e Burrell, 1977: 27). Quer White, quer Hauerwas e Burrell sublinharam «a necessidade de dispormos de uma narrativa para dar coerência à nossa vida» (Hauerwas e Burrell, 1977: 27). Através desse dispositivo narrativo conhecido como intriga, as ligações entre elementos centrais como sejam acções, acontecimentos e situações «fazem avançar a nossa compreensão de uma situação desenvolvendo-a ou revelando-a» ((Hauerwas e Burrell, 1977: 27). À medida que esta intriga se revela, «vai-se definindo um personagem»; além disso, «este personagem, definindo-se, serve como suporte para novos desenvolvimentos de si próprio ou de outros personagens» (Hauerwas e Burrell, 1977: 29). De facto, «o personagem não pode ser apresentado independentemente da história ou das histórias que o definem» (Hauerwas e Burrell, 1977: 30). É esta sequência, «esta capacidade para revelar ou desenvolver um personagem», que nos proporciona o conhecimento da natureza e condições humanas.

Num dilema moral específico, o processo narrativo permite ao decisor imaginar variados cenários e consequências de uma acção, para então decidir em conformidade (Johnson, 1993). «Apenas posso responder à questão “O que vou fazer?” se puder responder à questão anterior “De que história ou histórias faço parte?”» (MacIntyre, 1981: 216). Esta “activa ordenação da realidade” caracteriza a acção humana intencional (Hauerwas, 1981: 29). De um modo geral, uma acção humana fundamentalmente narrativa permite a auto-compreensão, a compreensão dos outros e a compreensão do que é o bem (Dunne, 1996: 151), isto no sentido socrático de «uma vida examinada».

A auto-compreensão é sempre uma compreensão do laço que nos une aos outros e ao bem. Tal como, ao lermos uma narrativa ficcional, a nossa projecção da totalidade e a nossa compreensão de cada sucessivo incidente clarificam-se e completam-se cumulativamente (...), então, ao vivermos uma narrativa real, uma dialéctica similar faz a mediação entre a nossa percepção global, embora vaga, do bem (...) e as respostas particulares que damos nesta ou naquela situação (Dunne, 1996: 151-152).

A filosofia examina a relação da narrativa com a natureza humana e com a «vida boa». Ela trata a narrativa como um processo de imaginar consequências éticas e, ainda mais significativamente, como o processo do devir.

Psicologia

Howard lembra-nos que a psicoterapia tem as suas verdadeiras origens no convite para que um ou uma cliente conte a sua história (Howard, 1991: 194). Manifestamente, uma maneira de compreender o contributo de Freud é o seu postulado de uma relação entre a interpretação de formas simbólicas e a compreensão da experiência humana (p. ex. Freud, 1950; Jung, 1965, 1976). No anos mais recentes, a psicologia aproximou-se das descobertas da filosofia ao examinar o papel da narrativa na construção activa da vida de um indivíduo.

De forma similar aos filósofos, Bruner avalia o modo como a narrativa «opera enquanto instrumento da mente na construção da realidade» (Bruner, 1991: 6). Para Bruner, a narrativa é uma forma de cognição, se bem que desvalorizada (Bruner, 1986). Ele identifica quatro elementos constitutivos da capacidade narrativa: (1) a actividade humana e a acção intencional; (2) uma ordem sequencial e consequencial; (3) a versão canónica da narrativa, isto é, a progressão de uma história normal ou apropriada; e (4) o ponto de vista do narrador. Para Bruner, a narratividade permite aos indivíduos «a concretização da coerência, da razoabilidade e da adequação» (Bruner, 1991: 112). Do mesmo modo, Sarbin sustenta que a conduta humana é, por natureza, «narrada» (Sarbin, 1986). Vários psicólogos (Howard, 1989; Mair, 1989; McAdams, 1985) vêem a identidade e o desenvolvimento humanos como processos de construção de uma história de vida: «A identidade é uma história de vida que os indivíduos começam a construir, consciente ou inconscientemente, no final da adolescência. Assim sendo, as identidades podem ser entendidas como imediatamente relevantes para as histórias» (McAdams, 1985: 57). Uma vez mais de modo semelhante aos filósofos, Howard acentua a relação entre o uso da linguagem e «a luta para encontrar sentido nas nossas experiências» (Howard, 1991: 193).

Uma vida ganha sentido quando alguém se vê a si mesmo como actor no contexto de uma história – seja esta um conto cultural, uma narrativa religiosa, uma saga familiar, o avanço da ciência, um movimento político, etc (Howard, 1991: 196).

Como assinalámos atrás, a narrativa tem sido apresentada em psicologia como «um sistema de produção de significação que ganha sentido fora da massa caótica de percepções e experiências de uma vida» (Josselson e Lieblich, 1995: 33). Esta observação situa-nos no coração de uma nova agenda de investigação em psicologia, o «estudo narrativo de vidas», que é simultaneamente uma forma de investigação e uma terapia» (Josselson e Lieblich, 1995: 32-33).

As verdades inerentes às narrativas pessoais resultam de posições reais no mundo – as paixões, os desejos, as ideias e os sistemas conceptuais que constituem a vida vivida. As narrativas pessoais constituem esforços para responder à confusão e à complexidade da condição humana (...). As abordagens narrativas permitem-nos dar conta do indivíduo na sua complexidade e reconhecer que embora alguns fenómenos sejam comuns a todos nós, outros permanecerão únicos (Josselson e Lieblich, 1995: 32-33).

Como modo de terapia, a narrativa é «uma digressão com vista a enquadrar uma história e procurar as intrigas de vida que melhor servem o indivíduo no presente» (Josselson e Lieblich, 1995: 33).

Os psicólogos também estudaram a forma como os narradores e os narratários constroem os relatos da sua experiência conjunta e, portanto, como a narrativa é um fenómeno de «interde-

pendência social» (Gergen e Gergen, 1984: 184). Assim, «o sucesso de um actor ao manter uma dada narrativa está fundamentalmente dependente da boa vontade de outros para representarem com esse actor», o que nos conduz a uma «delicada interdependência» de narrativas construídas e à compreensão da vida social como «reciprocidade na negociação do sentido» (Gergen e Gergen, 1984: 186). Gergen e Gergen transpõem conceitos da intertextualidade literária (p. ex. Kristeva, 1986) para o contexto da interacção humana de todos os dias e para a vida social em geral. Mishler (1994) discute especificamente como, nas entrevistas clínicas e de pesquisa, os relatos são produzidos através da interacção de entrevistadores e entrevistados. A «dinâmica» da entrevista ou a «dialética das questões e respostas, produz o relato que tradicionalmente atribuímos ao respondente». O «perfil, estrutura e conteúdo da história que o entrevistado conta ao clínico reflecte o que (eles) fizeram em conjunto e como tudo isso foi interactivamente produzido» (Mishler, 1994: 11) através de um «processo social em que nos tornamos verdadeiros autores» (Clark e Mishler, 1994).

Antropologia

A antropologia cultural, por entre «uma onda de suspeitas políticas e éticas», debruçou-se sobre o problema da autoridade narrativa, como resposta a «décadas de antropólogos-que-tudo-sabiam e que explicavam as «formas nativas de ser» às «civilizações mais desenvolvidas» (Czarniawska, 1997: 195). Por isso, nas obras antropológicas recentes, o acto de contar histórias («storytelling») é um evento altamente contextualizado; a história e as circunstâncias em que é contada encontram-se inextricavelmente associadas (Georges, 1980). O conhecimento local é, então, crítico para a interpretação da narrativa (Geertz, 1983; Rosaldo, 1989). A procura de conhecimento local pode dissolver as fronteiras entre etnógrafos e «sujeitos»; como refere Geertz, «todos somos agora nativos» (Geertz, 1983: 151; ver também Goodall, 1991).

Seguindo uma linha mais tradicional (Shils, 1981), Turner entende o acto de contar histórias como «um género cultural» que desempenha o mesmo papel que o ritual religioso desempenhava nas culturas religiosas (Feldman, 1990: 813; Turner, 1980, 1985). Turner associa o acto de contar histórias à transformação individual e social, afirmando que a narrativa consegue este poder ao sinalizar mudanças nos personagens e nos desenvolvimentos de uma história.

A pesquisa antropológica e sociológica fundem-se na etnometodologia, pois esta recorre a uma competência descritiva para explicar a acção social. De modo semelhante ao que vimos antes com os estudos filosóficos, esta tradição implica a exigência, e a produção, de razões da conduta (Garfinkel, 1967) – ou, mais especificamente, a «explicação de uma conduta através de uma história credível sobre o que ocorreu» (Boland e Schultze, 1996: 62; Roberts, 1991; Scott e Lyman, 1968). A etnometodologia pode ser incluída no vasto campo da sociologia interpretativa, uma corrente que se ocupa dos processos de produção de sentido na interacção social.⁵ Textos igualmente relevantes e que se inscrevem na sociologia interpretativa são os da análise dramática (p. ex. Rosen, 1985), que se inspira quer em Burke (Mills, 1940; Overington, 1977), quer em Turner (Turner, 1981).

Inúmeros estudos sobre as organizações adoptam o trabalho de campo ou a perspectiva etnográfica. Esses estudos podem orientar-se numa das seguintes direcções: a investigação que é escrita

⁵ Para uma panorâmica sobre a sociologia interpretativa e a sua relação com os estudos narrativos, ver O'Connor, 1996.

«como uma história», e é o caso de Van Maanen, 1988 e Leidner, 1993 (Czarniawska, 1977: 26); ou a investigação que recolhe histórias organizacionais e as situa contextualmente (p. ex. Linde, no prelo; Orr, 1996).

O trabalho interdisciplinar: um resumo

A secção anterior insere a narrativa em três importantes domínios: a filosofia, a psicologia e a antropologia.⁶ A revisão efectuada permite-nos retirar algumas conclusões gerais sobre a forma narrativa e o acto de narração. Em primeiro lugar, e acima de tudo, são considerados como constitutivos da identidade humana. Em segundo lugar, e mais especificamente, são entendidos como um meio para estabelecer relações – do eu para o eu, isto no plano da consciência (como a visão que a filosofia tem da narrativa, da reflexão ética e da acção); do eu para o mundo (como o ênfase que a antropologia coloca no conhecimento local e contextual). Tais pontos de vista reflectem a base fundamentalmente humanística destes domínios. Como Bakhtin assinala, as humanidades perseguem «a tarefa específica de fixar, transmitir e interpretar as palavras dos outros». Enquanto as palavras forem «meramente percebidas como um objecto», isso não permitirá a «abordagem dialógica» que é «imaneente a qualquer acto profundo e real de compreensão» (Bakhtin, 1981: 351).

A PO leva já 25 anos de estudo de histórias e narrativas. Este conhecimento ilustra a natureza híbrida da PO – em parte humanística, em parte científica (Czarniawska, 1995; Zald, 1993). Na próxima secção iremos discutir quer as conclusões e os contributos destes estudos no presente, quer as prometedoras agendas da pesquisa para o futuro.

A pesquisa organizacional sobre a narrativa

Apresentaremos em seguida alguns estudos de PO que se ocupam das narrativas organizacionais, levando em consideração as múltiplas linhas teóricas que os inspiram. Também ilustraremos os vários modos como as narrativas têm sido usadas: como dados, como método, como teoria e ainda como uma combinação dos três.⁷ Usar a narrativa como um conjunto de dados significa que num estudo atribuímos especial relevo aos textos narrativos, seja na sua integralidade, seja através de extensas citações ao longo do estudo. Por outro lado, ao usar a narrativa como um método estamos a submeter esses dados a práticas analíticas, recorrendo para o efeito a instrumentos que tradicionalmente têm estudado os textos: a linguística, a literatura e a retórica. Quanto ao uso da narrativa como teoria, tal implica privilegiá-la como um meio para compreender, interpretar e organizar.

A maior parte do trabalho de PO sobre a narrativa tem sido desenvolvido de acordo com um dos seguintes quatro tópicos ou abordagens: (1) estudos de cultura organizacional; (2) estudos críticos e pós-modernos; (3) estudos sobre a cognição e a produção de sentido; e (4) estudos etnográficos. Os estudos realizados no âmbito de cada um destes quatro grupos variam consideravelmente em função do papel atribuído à narrativa, seja como teoria, como método ou como dado.

⁶ Quanto aos contributos da linguística e da literatura, ver O'Connor, 1996.

⁷ Raramente a narrativa é usada nestas três perspectivas combinadas; mais adiante discutiremos este aspecto.

O movimento da «cultura organizacional» deu origem a inúmeros estudos sobre sagas, mitos e histórias. Embora o artigo pioneiro de Clark (1972) se ocupasse das sagas, trabalhos posteriores inspirados nesta corrente concentraram-se explicitamente nas histórias e no acto de as contar (Brown, 1985, 1990; Kelly, 1985; Martin, 1982; Martin e al. 1983; Myrsiades, 1987; Wilkins, 1983; Wilkins e Thompson, 1991). Como referimos anteriormente, os termos «narrativa» e «história» são usados indistintamente neste estudo.⁸ Também a obra de Pfeffer (1981) contribuiu para chamar a atenção para o simbolismo e para as histórias nas organizações. Na generalidade da literatura sobre cultura organizacional, as histórias são ferramentas para compreender quer a cultura de uma organização (p. ex. Boje, 1991), quer um conjunto de organizações (Clark, 1972), quer uma indústria inteira (Kelly, 1985) ou as organizações em geral (Ulrich, 1984). As histórias também servem como ferramentas para a resolução de problemas (Mitroff e Kilmann, 1975) e para a mudança organizacional (Boje e al., 1982; Feldman, 1990; Wilkins e Thompson, 1991).⁹ Tal como notou Boje (1991), estes estudos constroem histórias como conjuntos de dados extraídos do contexto da sua narração. Em alguns casos as histórias apresentadas não são citações de narradores, mesmo de narradores desencarnados, mas antes construções autorais com pouca, ou nenhuma, referência ao seu processo de construção (p. ex. Clark, 1972). Deste modo, a fileira de investigações sobre cultura organizacional caracteriza-se por tomar predominantemente as narrativas como dados.

A obra mais recente de Martin (1990) revela uma inflexão no sentido do pós-modernismo e da teoria crítica, embora diversos trabalhos críticos tivessem já aparecido na PO realizada em Inglaterra (p. ex. Willmott, 1984) e no domínio da comunicação organizacional (p. ex. Mumby, 1987, 1988). Essa obra de Martin ajudou a acelerar tais estudos nas universidades americanas de gestão. Os estudos inspirados na teoria crítica recorrem à narrativa para examinar o funcionamento do poder e revelar perspectivas e representantes de correntes anteriormente ignoradas ou excluídas (p. ex. O'Connor, 1995; Phillips e Brown, 1993). No geral, tais estudos seguem Martin ao comprometerem-se com uma corrente específica de metodologia narrativa, a desconstrução, na sequência de Derrida (1976, 1978).

Pontualmente, ao interessarem-se pelo poder e pelas relações de poder, esses estudos são também fortemente influenciados por Foucault (Foucault, 1979). Retomaram textos organizacionais clássicos (Calas e Smircich, 1991; Hatch, 1996; Kilduff, 1993), bem como campos de grande convergência em PO (Barry e Elmes, 1997) e ainda da PO em geral (Jeffcutt, 1993). Assim, estes estudos centram-se na auto-reflexividade, concedendo uma particular atenção aos discursos académicos. Tal linha de investigação toma as narrativas como dados¹⁰, método e teoria. Mais ainda, ela favorece uma orientação particular de metodologia e de teoria narrativa inspiradas em Derrida e em Foucault, opondo-se, portanto, a outras práticas mais clássicas de análise narrativa (Hart, 1990; Toolan, 1991).¹¹

Weick (1979, 1995), pelo seu lado, interessa-se pela cognição e pela produção de sentido, aludindo ao papel aqui desempenhado pela narrativa (ver, em particular, Weick, 1995). As

⁸ Também há algumas referências a «mitos» e «mitologia», mas são menos frequentes, como é o caso, por exemplo, de Gabriel (1991) e Yanow (1992).

⁹ Para uma boa revisão da fileira de investigações sobre cultura organizacional nos anos 70 e 80, ver Myrsiades, 1987.

¹⁰ No que respeita à literatura sobre cultura organizacional, estes dados são frequentemente apresentados fora de contexto (ver, p. ex., Kilduff, 1993).

¹¹ Para uma introdução à perspectiva pós-moderna em PO, ver Hassard e Parker (1993).

abordagens narrativas multiplicaram-se, mas são poucos os estudos empíricos. Tenkasi e Boland (1993), na senda de Bruner (1991, 1996), rejeitam explicitamente que as metáforas do «processamento de informação» ou do «computador como modelo» possam ser aplicadas à cognição humana e defendem que a narrativa não é apenas «um processo cognitivo fundamental», mas sobretudo «o princípio organizador dos actos cognitivos» (Tenkasi e Boland, 1993: 93). Eles confirmam a hipótese de Bruner de que «a forma típica de enquadrar a experiência, assim como a nossa memória dela, é a forma narrativa» (Bruner, 1990: 56). Apela aos investigadores para que se interessem pelos «fluxos narrativos nas organizações, os quais são os lugares do sentido produzido e o motor da mudança nas estruturas de sentido dos actores organizacionais» (Tenkasi e Boland, 1993: 97). Outros estudos inspirados na perspectiva da produção de sentido foram levados a cabo por Gephart (1993) e Gephart e Pitter (1995), embora estes autores se concentrem no texto, opondo-o à narrativa. Começam a surgir estudos empíricos que articulam a narrativa e a produção de sentido, como o de Davidson (1997) e também o interessante estudo de LaFrance (1990), o qual peca, no entanto, por se limitar a resumir os seus dados narrativos. Se quisermos ver ampliado o conceito de «produção de sentido» de modo a incluir também a «interpretação», então um outro excelente estudo analítico é o de Roe sobre as narrativas de políticas públicas (Roe, 1994).

Os estudos etnográficos sobre a narrativa em PO consideram as narrativas como dados, mas também se interessam pelos antecedentes e pelo contexto (p. ex. Leidner, 1993; Orr, 1996; Van Maanen, 1988). Além disso, como observa Czarniawska, estes estudos tendem a ser eles próprios escritos «de modo semelhante ao das histórias» (Czarniawska, 1997: 26). Com a excepção do trabalho de Linde (Linde, no prelo), estes estudos tomam as narrativas numa perspectiva teórica e também como dados, mas não como um método. Os actores organizacionais contam histórias no contexto (que é geralmente bem explicado) da sua vida laboral, e o investigador conta, também ele, histórias acerca do modo como os actores contam as suas histórias; mas estes dados não são submetidos a métodos narrativos de análise.

Poderíamos ainda mencionar muitos outros estudos que não se incluem facilmente neste esquema de quatro categorias. Golden-Biddle e Locke (1997) consideram a «história» como metáfora do modo como os investigadores organizacionais deveriam «construir» («craft») o seu trabalho. E estes seus estudos ampliaram as pesquisas sobre a retórica das ciências sociais iniciado na PO, por exemplo, por McCloskey (McCloskey, 1985). A narrativa tem sido encarada como uma prática para o desenvolvimento executivo (Greco, 1996), aliás em consonância com perspectivas similares referenciadas em psicologia. Questionando a fronteira entre factos e ficção, alguns estudos interessantes têm associado a PO às narrativas ficcionais (p. ex. Czarniawska-Joerges e De Monthoux, 1994; Phillips, 1995). Além disso, o conceito de género narrativo tem sido aplicado para compreender as organizações (Jeffcutt, 1993; Skoldberg, 1994), prolongando, na essência, o projecto de White que pretendia identificar a dimensão imaginativa dos textos e das entidades não ficcionais.

Os estudos narrativos em PO: um resumo

Em termos de resultados substantivos, este nosso artigo mostra que as narrativas servem como um repositório, e também como um meio, para produzir e reproduzir normas, crenças, pressupostos

e valores organizacionais. Elas oferecem uma visão única sobre o modo como os indivíduos e os grupos nas organizações conceptualizam e dão sentido à sua experiência. A narrativa é também um produto da actividade de PO; o que pode ser dito das narrativas organizacionais pode igualmente ser dito da própria PO.

A PO vê as narrativas como quadro teórico, método de análise e dados empíricos – normalmente como um destes três aspectos, talvez menos frequentemente como dois deles e apenas muito raramente como todos os três. No entanto, as relações da PO com a narrativa têm sido muito limitadas, aliás em conformidade com as suas igualmente muito limitadas relações com as humanidades em geral (Zald, 1993). Em seguida, iremos ver quais as possibilidades de um maior diálogo da PO com as narrativas, como pode ser concretizado um tal diálogo e, ainda, o que poderia ele oferecer à PO.

As possibilidades de um diálogo interdisciplinar

O futuro dos estudos narrativos em PO coloca diversas questões relevantes aos investigadores (March, 1981: 230), em boa parte devido à natureza interdisciplinar de um tal projecto. Os domínios da literatura e da linguística têm uma longa tradição de métodos para a análise da linguagem, do texto e da narrativa (Hart, 1990; Labov, 1972; Toolan, 1991). Mas os investigadores no âmbito das organizações não se encontram normalmente treinados na análise de texto; ou pior ainda, «os «métodos qualitativos» não beneficiam de estatuto idêntico ao dos métodos quantitativos.¹² Ao mesmo tempo, os críticos literários e os linguistas raramente se interessaram pelas organizações, mesmo se a narrativa vem sendo crescentemente compreendida como contextualmente delimitada (incluindo esse «contexto» referências de natureza cultural, histórica e política). O estudo das narrativas em PO é, então, um empreendimento simultaneamente literário e sociológico (O'Connor, 1996: 311) e nenhuma das perspectivas deve ser sacrificada à custa da outra.

Um interesse mais profundo pela narrativa, isto é, uma investigação de PO mais centrada na questão humanística, deverá envolver: (1) maior atenção aos métodos, em particular um rigor metodológico acrescido; (2) maior atenção ao contexto, como acontece na tradição etnográfica, mas com um cuidado especial quanto ao papel do poder e da política tal como foi introduzido pela teoria crítica; (3) melhores ligações às principais teorias, aos tópicos e aos debates em PO. Ironicamente, ao ser conceptualizada como um meio para estabelecer relações, a narrativa tem sido marginalizada, e tem-se auto-marginalizado, da PO.¹³

Os pontos (1) e (2) vão a par. Na medida em que os métodos narrativos de análise permanecem um mistério, ou mesmo artesanais (O'Connor e al., 1995), os resultados dos estudos narrativos estarão abertos à discussão. Os modelos existentes sobre métodos narrativos para a PO não atingiram ainda o grau de especificidade como acontece no campo da literatura e da linguística (comparar, p. ex., as obras de Czarniawska, no prelo, e de Riessman, 1993, com as obras de Hart, 1990; Labov, 1972 e Toolan, 1991). Um maior envolvimento com conhecimentos da esfera literária

¹² Este ponto toca na questão das fronteiras disciplinares e da procura de legitimação científica por parte da PO. Ver O'Connor e al. (1995).

¹³ Como referimos anteriormente, a narrativa tem sido, ela própria, narrativizada em oposição à lógica, à racionalidade e à ciência; e esta polarização não tem ajudado seja os estudos narrativos, seja a PO.

constituiria aqui uma boa ajuda. Excelentes exemplos são apresentados por Roe (1993) e por Mishler (1996, 1995), mas a PO, em si mesma, ignora tais exemplos. A realização de mais estudos de campo, e etnográficos, constituiria igualmente um bom contributo; os métodos podem também ser infinitamente refinados, mas sem um bom conteúdo eles apenas produzem trabalhos de pouco valor. Todos os estudos narrativos, mas em particular a corrente que se ocupa da produção de sentido, carecem de mais estudos empíricos. Além disso, os narrativistas em geral precisam de ser mais generosos quando apresentam os dados reais da sua investigação (Gephart, 1993; O'Connor, 1997).

Por fim, os estudos narrativos têm de dialogar directa e claramente com as teorias e os temas tradicionais em PO. Weick e Browning facilitam este diálogo com a sua «tradução» da PO para o campo da pesquisa em comunicação (Weick e Browning, 1986: 251). Por exemplo, o trabalho de PO sobre a «inércia aparente» está relacionado com a pesquisa comunicacional sobre «ambiguidade estratégica». Tais esforços têm sido ensaiados, mas são ainda escassos.¹⁴ Em geral, os narrativistas ficaram-se por aquilo a que Weick e Browning chamam um quadro de «teoria da comunicação». Alguns temas de PO aos quais a perspectiva narrativa se aplica verdadeiramente são: (1) a ética (precisamente devido à percepção que a filosofia tem da narrativa como um meio para a acção reflectida); (2) a tomada de decisão (acompanhando a percepção que March tem deste processo como «interligação alternada das vidas de um conjunto de actores» – March, 1994: 198-199); e, uma vez que as abordagens narrativas na tradição humanística privilegiam a iniciativa humana em vez do determinismo, temos ainda (3) as relações do indivíduo com a organização, que Perrow considerou ser um «persistente problema de teoria da organização» (Perrow, 1986: 19-23). Um contributo final poderia ser aquele que respeita quer à perspectiva humanística das organizações, quer às organizações humanísticas em geral, como refere Nord, um autor que reconheceu a necessidade de «um maior esforço para vermos pelos olhos dos membros de todos os níveis da organização a exigência de mais humanização» (Nord, 1976: 191), e também por Alvesson e Willmott (1992), que reclamam não só uma maior criatividade e expressão na vida organizacional, mas igualmente nos estudos que abordam essa vida.¹⁵ As abordagens narrativas, sendo contextualistas (Sarbin, 1993), permitem múltiplos relatos e múltiplos autores, acolhendo assim a «perspectiva do sujeito» (p. ex. Ellis e Flaherty, 1992) e o diálogo do investigador com esse sujeito (p. ex. Kitwood, 1980).

Quando agregamos pessoas na procura daquilo que lhes é comum – considerando portanto a diversidade como uma margem de erro –, apenas aprendemos, na maioria das vezes, aquilo que é verdadeiro para ninguém em particular. A perspectiva narrativista, pelo contrário, permite-nos testemunhar o indivíduo na sua complexidade (Josselson, 1995: 32-33).

Este ponto confronta-nos com as limitações da PO para se envolver com a narrativa, muito em particular com as tradições humanísticas de que são originários os estudos narrativos. Os campos disciplinares que se comprometeram com a produção de sentido tenderam a formar enclaves separados: da antropologia cultural à antropologia física; da psicologia humanística à psicologia clínica; e da sociologia interpretativa à sociologia estabelecida. As fronteiras e os paradigmas

¹⁴ Ver o estudo de O'Connor (1997) sobre a narrativa, onde a autora adopta aquilo a que Cyert e March (1992) chamaram «uma lógica da adequação» nas tomadas de decisão.

¹⁵ Esta agenda de pesquisa não foi concluída por aqueles que a PO considera presentemente como os seus «humanistas» (p. ex. Mayo, Maslow), nem pela corrente de Desenvolvimento Organizacional nas suas mais recentes encarnações (O'Connor, 1998b).

disciplinares são difíceis de cruzar, talvez devido às exigências do conhecimento interdisciplinar e do estilo (Bazerman, 1981), ou simplesmente pelo conservadorismo das instituições (O'Connor e al., 1995). A nossa anterior citação de Bakhtin chama a atenção para uma determinada atitude face aos dados ou aos textos – atitude essa que sustenta que os dados ou textos são objectos em vez de verdadeiros parceiros num diálogo (Bakhtin, 1981: 351). A natureza recíproca da narrativa e do contexto, «pelo facto de cada um deles especificar e informar o outro», não é muito favorável a práticas como as que distinguem entre variáveis dependentes e independentes (Rosenwald, 1995: 271) e permitem assim estabelecer causalidade, predição e controlo.

Contudo, ironicamente (e isto constitui uma fonte de optimismo), ao envolverem-se mais plenamente com a PO devido à maior atenção prestada ao método e ao trabalho empírico, nomeadamente nas questões clássicas de PO, as abordagens narrativas satisfazem aquilo que as humanidades consideram ser sua verdadeira natureza: diálogo, compreensão contextual e, ainda, a capacidade de produzir sentido. Um desenvolvimento promissor é o reconhecimento de que a PO está íntima e incontornavelmente envolvida em receber e criar narrativas (p. ex: Golden-Biddle e Locke, 1997). Se esta pesquisa prosseguir, a PO envolver-se-á mais totalmente com a narrativa e com as tradições e práticas que a acompanham. De modo idêntico aos contadores de histórias, também os investigadores aproximam a linguagem e a vida. Eles não só contam a experiência pessoal, mas também a enriquecem com mais sentido através da forma e do acto narrativo (Godzich, 1984: xvii).

Conclusão

Os estudos narrativos em PO são pluralistas por natureza. Reclamam abordagens interdisciplinares que aproximem as humanidades e os estudos organizacionais. Este artigo identificou as oportunidades e os desafios implicados num tal empreendimento, a começar pela sua própria reivindicação, procurando ainda compreender as trajectórias virtualmente separadas dos estudos narrativos nestes dois distintos domínios. O nosso artigo pretende chegar a um melhor entendimento não tanto do que dizem esse domínios quando separados, mas, e mais importante, do que podiam vir a dizer em conjunto.

Referências

- Alvesson, M., and Willmott, H. (1992). «On the idea of emancipation in management and organization studies.» *Academy of Management Review* 17, 3: 432-464.
- Bakhtin, M. (1981). *The dialogic imagination: Four essays*. Ed. by M. Holquist, tr. by C. Emerson and M. Holquist. Austin: University of Texas Press.
- Barley, S. R. (1983). «Semiotics and the study of occupational and organizational cultures.» *Administrative Science Quarterly* 28: 393-413.
- Barry, D., and Elmes, M. (1997). «Strategy retold: Toward a narrative view of strategic discourse.» *Academy of Management Review* 22, 2: 429-452.
- Bazerman, C. (1981). «What written knowledge does: Three examples of academic discourse.» *Philosophy of the Social Sciences* 11: 361-387.
- Berger, P., and Luckmann, T. (1966). *The social construction of reality*. New York: Doubleday.

- Blyler, N. R., (1996). «Narrative and research in professional communication.» *Journal of Business and Technical Communication* 10, 3: 330-351.
- Blyler, N. R., (1996). «Pedagogy and social action: A role for narrative in professional communication.» *Journal of Business and Technical Communication* 9, 3: 289-320.
- Boje, D. M. (1991). «The storytelling organization: A study of story performance in an office-supply firm.» *Administrative Science Quarterly* 36, 1: 106-126.
- Boje, D. M., Fedor, D. B., and Rowland, K. M. (1982). «Myth making: A qualitative step in OD interventions. *Journal of Applied Behavioral Science* 18: 17-28.
- Boland, R. J., (1993). «Accounting and the interpretive act.» *Accounting, Organizations and Society* 18 (2/3): 125-146.
- Boland, R. J., and Schultze, U. (1996). «Narrating accountability: Cognition and the production of the accountable self.» In Munro, R., and Mouritsen, J., *Accountability: Power ethos and the technologies of managing*. London: International Thomson Business Press, pp 62-81.
- Brown, M. H. (1990). «Defining stories in organizations: Characteristics and functions.» *Communication Yearbook* 13: 162-190.
- Brown, R. H. (1987). *Society as text: Essays on rhetoric, reason, and reality*. Chicago: University of Chicago Press.
- Bruner, J. (1991). «The narrative construction of reality.» *Critical Inquiry* 18, 1: 1-21.
- Bruner, J. (1990). *Acts of meaning*. Cambridge: Harvard University Press (2nd ed.).
- Burke K. (1969). *A grammar of motives*. Berkeley: University of California Press.
- Calas, M., and Smircich, L. (1991). «Voicing seduction to silence leadership.» *Organization Studies* 12/4: 567-602.
- Chabers, R., (1984). *Story and situation: Narrative seduction and the power of fiction*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Cheney, G., and Tompkins, P. K. (1988). «On the facts of the text as the basis of human communication research.» *Communication Yearbook* 11: 455-481.
- Clark, B. R. (1972). «The organizational saga in higher education.» *Administrative Science Quarterly*, 17: 178-184.
- Clark, B. R., and Mishler, E. G. (1992). «Attending to patients' stories: Reframing the clinical task.» *Sociology of Health and Illness* 14, 3: 344-371.
- Cyert, R. M., and March, J. G. (1992). *A behavioural theory of the firm*. Oxford: Basil Blackwell.
- Czarniawska, B., (in press). *Narrative approach in organization studies*.
- Czarniawska, B. (1997). *Narrating the organization: Dramas of institutional identity*. Chicago: University of Chicago Press.
- Czarniawska, B., and Guillet de Monthoux, G. (1994). *Good novels, better management: Reading realities in fiction*. Reading, U. K.: Harwood Academic Press.
- Czarniawska-Joerges, B. (1995). «Narration or science? Collapsing the division in organization studies.» *Organization* 2, 1: 11-33.
- Davidson, E. J. (1997). «Examining project history narratives: An analytic approach.» In Lee, A. S., Liebenau, J., and DeGross, J., eds. *Information systems and qualitative research*. London: Chapman and Hall, pp. 123-145.
- Derrida, J. (1978). *Writing and difference*. London: Routledge.
- Derrida, J. (1976). *Of Grammatology*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Dunne, J. (1996). «Beyond sovereignty and deconstruction: The storied self.» In Kearney, R., ed. *Paul Ricoeur: Hermeneutics and action*. New York: Sage, pp. 137-158.
- Ellis, C., and Flaherty, M. (1992). *Investigating subjectivity: Research on lived experience*. Newbury Park, Ca: Sage.
- Feldman, S. P. (1990). «Stories as cultural creativity: On the relation between symbolism and politics in organizational change.» *Human Relations* 43, 9: 809-828.
- Fisher, W. (1992). «Narration, reason, and community.» In Brown, R. H., ed. *Writing the social text: Poetics and politics in social science discourse*. New York: DeGruyter, pp. 199-217
- Fisher, W. (1987). *Human communication as narration: Toward a philosophy of reason, value, and action*. Columbia, S. C.: University of South Carolina Press.
- Fisher, W. (1984) «Narration as a human communication paradigm: The case of public moral argument.» *Communication Monographs*, 51: 1-22.
- Foucault, M. (1979). *Power/knowledge: Selected interviews and other writings, 1972-1977*. Ed. By C. Gordon, tr. by C. Gordon, L. Marshall, J. Mepham, and K. Soper. New York: Pantheon Books.
- Freud, S. (1950). *The interpretation of dreams*. New York: Modern Library.

- Gabriel, Y. (1991). «Turning facts into stories and stories into facts: A hermeneutic exploration of organizational folklore.» *Human Relations* 44, 8: 857-875.
- Garfinkel, H. (1967). *Studies in ethnomethodology*. Englewood Cliffs, N. J.: Prentice Hall.
- Geertz, C. (1983). *Local knowledge: Further essays in interpretive anthropology*. New York: Basic Books.
- Georges, R. (1980). «A folklorist's view of storytelling.» *Humanities in Society* 3, 4: 317-326.
- Gephart, R. P. (1993). «The textual approach: Risk and blame in disaster sensemaking.» *Academy of Management Journal* 36, 6: 1465-1514.
- Gephart, R. P., and Pitter, R. (1995). «Textual analysis in technology research: An investigation of the management of technology risk.» *Technology Studies* 2, 2: 325-356.
- Gergen, K. J., and Gergen, M. M. (1984). «The social construction of narrative accounts.» In Gergen, K. J., and Gergen, M. M., eds. *Historical Social Psychology*. Hillsdale, N. J.: Erlbaum, pp. 173-189.
- Godzich, V. (1984). «After the storyteller...» Foreword to Chambers, R. *Story and situation: Narrative seduction and the power of fiction*. Minneapolis: University of Minnesota Press, pp. xi-xxii.
- Golden-Biddle, K., and Locke, K. (1997). *Composing qualitative research*. Thousand Oaks, Ca.: Sage.
- Golden-Biddle, K., and Locke, K. (1993). «Appealing work: An investigation of how ethnographic texts convince.» *Organization Science* 4, 4: 595-616.
- Goodall, H. L., Jr. (1991). *Living in the rock'n roll mystery: Readings, context, self, and others as clues*. Carbondale, Il.: Southern Illinois University Press.
- Greo, J. (1996). «Stories for executive development: An isotonic solution.» *Journal of Organizational Change Management* 9, 5: 43-74.
- Harre, R., and Gillett, G. (1994). *The discursive mind*. Thousand Oaks, Ca.: Sage.
- Hart, R. (1990). *Modern rhetorical criticism*. New York: Harper Collins.
- Hassard, J., and Parker, M. (1993). *Postmodernism and organizations*. Newbury Park, Ca.: Sage.
- Hatch, M. J. (1996). «The role of the researcher: An analysis of narrative position in organization theory.» *Journal of Management Inquiry* 5, 4: 359-374.
- Hauerwas, S., and Burrell, D. (1977). «From system to story: An alternative pattern for rationality in ethics.» In Hauerwas, S., ed. *Truthfulness and tragedy*. Notre Dame, In.: University of Notre Dame Press, pp. 15-39.
- Heidegger, M. (1949). *Existence and being*. Chicago: Henry Regnery.
- Howard, G. S. (1991). «Culture tales: A narrative approach to thinking, cross-cultural psychology, and psychotherapy.» *American Psychologist* 46, 3: 187-197.
- Jeffcutt, P. (1993). «From interpretation to representation.» In Hassard, J., and Parker, M., eds *Postmodernism and organizations*. Newbury Park, Ca.: Sage, pp. 25-48.
- Johnson, M. (1993). *The moral imagination*. Chicago: University of Chicago Press.
- Josselson, R. (1996). *Ethics and process in the narrative study of lives*. Thousand Oaks, Ca.: Sage.
- Jung, C. J. (1976). «The symbolic life.» In Read, Sir H., Fordham, M., Adler, G., and McGuire, M., eds *The collected works of C. G. Jung*, vol. 18. Princeton: Princeton University Press, pp. 267-281.
- Jung, C. J. (1965). *Memories, dreams, reflections*. New York: Random House.
- Kelly, J. W. (1985). «Storytelling in high tech organizations: A medium for sharing culture.» *Journal of Applied Communication Research* 13, 1: 45-48.
- Kets de Vries, M. F. R., and Miller, D. (1987). «Interpreting organizational texts.» *Journal of Management Studies* 24, 3: 233-247.
- Kilduff, M. (1993). «Deconstructing organizations.» *Academy of Management Review*. 18, 1: 13-31.
- Kitwood, T. (1980). *Disclosures to a stranger*. London: Routledge.
- Kristeva, J. (1986). *The Kristeva reader*. T. Moi, ed. Oxford: Basil Blackwell
- Labov, W. (1972). *Language in the inner city*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- LaFrance, M. (1990). «Stories knowledge engineers tell about expert systems.» *Social Science Computer Review* 8, 1: 13-23.
- Leidner, R.. (1993). *Fast food, fast talk: Service work and the routinization of everyday life*. Berkley: University of California Press.
- Linde, C. (in press). «Narrative in institutions.» In Hamilton, H., Schiffrin, D., and Tannen, D., eds. *Handbook of discourse analysis*. Oxford: Blackwell.

- Linde, C. (1993). *Life stories: The creation of coherence*. New York: Oxford University Press.
- Linde, C. (1986). «Narrative analysis: An interdisciplinary dialogue.» In Quasthoff, U., and Guelich, E., eds. *Poetics* (special issue), pp. 180-215.
- Lyotard, J.-F. (1979). *The postmodern condition: A report on knowledge*. Manchester: Manchester University Press.
- MacIntyre, A. (1981). *After virtue*. Notre Dame, In University of Notre Dame Press.
- Maines, D. R., and Bridger, J. C. (1992). «Narratives, community, and land use decisions.» *Social Sciences Journal* 29: 363-380.
- Mair, M. (1989). *Between psychology and psychotherapy*. London: Routledge.
- March, J. G. (1994). *A primer on decision making: How decisions happen*. New York: Free Press.
- March, J. G. (1981). «Decisions in organizations and theories of choice.» In Van de Ven, A. H., and Joyce, W. F., eds. *Perspectives on organization design and behavior*. New York: Wiley, pp. 205-244.
- March, J. G., and Simon, H.A. (1958). *Organizations*. New York: Wiley.
- Martin, J. (1982). «Stories and scripts in organizational settings.» In Hastrof, A. H., and Isen, A. M., eds. *Cognitive social psychology*. New York: North Holland-Elsevier, pp. 165-194.
- Martin, J. (1990). «Deconstructing organizational taboos: The suppression of gender conflict in organizations.» *Organization Science*, 1, 4: 339-359.
- Martin, J., Feldman, M. S., Hatch, M. J., and Sitkin, S. B. (1983). «The uniqueness paradox in organizational stories.» *Administrative Science Quarterly*, 28: 438-453.
- McAdams, D. (1985). *Power, intimacy, and life story*. Homewood, IL: Dorsey Press.
- McCloskey, D. N. (1994). *Knowledge and persuasion in economics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- McCloskey, D. N. (1985). *The rhetorics of economics*. Madison: University of Wisconsin Press.
- Mills, C. W. (1940). «Situated actions and vocabularies of motive.» *American Sociological Review* 5, 6: 904-913.
- Mishler, E. G. (1986). *Research interviewing: Context and narrative*. Cambridge, Ma.: Harvard University Press.
- Mishler, E. G. (1990). «Validation in inquiry-guided research: The role of exemplars in narrative studies.» *Harvard Educational Review* 60, 4: 415-442.
- Mitroff, I., and Kilmann, R. (1976). «On organization stories: An approach to the design and analysis of organizations through myths and stories.» In Kilmann, R., Pondy, L., and Slevin, D., eds. *The management of organization design*. New York: North-Holland, pp. 189-207.
- Mitroff, I., and Kilmann, R. (1975). «Stories managers tell: A new tool for organizational problem-solving.» *Management Review*, 64: 13-28.
- Mumby, D. K. (1988). *Communication and power in organizations: Discourse, ideology, and domination*. Norwood, N. J.: Ablex.
- Mumby, D. K. (1987). «The political function of narrative in organizations.» *Communication Monographs* 54: 113-127.
- Myrsiades, L. S. (1987). «Corporate stories as cultural communications in the organizational setting.» *Management Communication Quarterly* 1, 1: 84-120.
- Nelson, J. S., Megill, A., and McCloskey, D. N. (1987). *The rhetoric of the human sciences*. Madison: University of Wisconsin Press.
- Nord, W. (1976). «Economic and socio-cultural barriers to humanizing organizations.» In Meltzer, H., and Wickert, F. R., eds. *Humanizing Organizational Behavior*, New York: Charles C. Thomas Publishing, pp. 175-193.
- O'Connor, E. S. (1998a). «Storying work: The mise en abîme as a construct for studying organization.» Paper presented at the Third Conference on Organizational Discourse, King's College, University of London, July.
- O'Connor, E. S. (1998b). «Minding the workers: The meaning of "human" and "human relations" in Elton Mayo.» Manuscript in review.
- O'Connor, E. S. (1997). «Discourse and our disposal: Stories in and around the garbage can.» *Management Communication Quarterly* 10, 4: 395-432.
- O'Connor, E. S. (1996). «Telling decisions: The role of narrative in organizational decision making.» In Shapira, Z., ed. *Organizational decision making*. New York: Cambridge University Press, pp. 304-323.
- O'Connor, E. S. (1995). «Paradoxes of participation: Textual analysis and organizational change.» *Organization Studies* 16/5: 769-803.
- O'Connor, E. S., Hatch, M. J., White, H. V., and Zald, M. N. (1995). «Undisciplining organizational studies: A conversation across domains, methods, and beliefs.» *Journal of Management Inquiry* 4, 2: 119-136.

- Orr, J., (1996). *Talking about machines: An ethnography of a modern job*. Ithaca, New York: ILR Press.
- Overington, M. A. (1977). «Kenneth Burke and the method of dramatism.» *Theory and Society* 4, 1: 131-156.
- Pepper, S. (1942). *World hypotheses*. Berkeley: University of California Press.
- Perrow, C. (1986). *Complex organizations*. New York: McGraw-Hill, 3rd ed.
- Pfeffer, J. (1981). *Power in organizations*. Cambridge, Ma.: Ballinger.
- Phillips, N. (1995). «Telling organizational tales: On the role of narrative fiction in the study of organizations.» *Organization Studies* 16/4: 625-649.
- Phillips, N., and Brown, J. L. (1993). «Analyzing communication in and around organizations: A critical hermeneutic approach.» *Academy of Management Journal* 36, 6: 1547-1576.
- Polkinghorne, D. (1988). *Narrative knowing and the human sciences*. Albany: State University of New York Press.
- Pondy, L., and Mitroff, I. (1979). «Beyond the open system models of organizations.» In Staw, B. M., ed. *Research in Organizational Behavior*, vol. 1. Greenwich, Ct.: JAI Press, pp. 3-40.
- Pondy, L., Frost, P., Morgan, G., and Dandridge, T. (1983). *Organizational symbolism*. Greenwich, Ct.: JAI Press.
- Prince, G. (1994). «Narratology.» In Groden, M., and Kreiswirth, M., eds. *The Johns Hopkins guide to literary theory and criticism*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, pp. 524-527.
- Propp, V. (1968). *Morphology of the folktale*. Austin: University of Texas Press.
- Rabinow, P., and Sullivan, W. M. (1979). *Interpretive sociale science: A reader*. Berkeley: University of California Press.
- Riessman, C. K. (1993). *Narrative analysis*. Newbury Park, Ca.: Sage.
- Roberts, J. (1991). «The possibilities of accountability.» *Accounting, Organizations and Society* 16, 4: 355-368.
- Roe, E. (1994). *Narrative policy analysis: Theory and practice*. Durham, N. C.: Duke University Press.
- Rosaldo, R. (1989). *Culture and truth: The remaking of social analysis*. Boston: Beacon.
- Rosen, M. (1985). «Breakfast at Spiro's: Dramaturgy and dominance.» *Journal of Management* 11, 2: 31-48.
- Rosenwald, G. C. (1996). «Making whole: Method and ethics in mainstream and narrative psychology.» In Josselson, R., ed. *Ethics and process in the narrative study of lives*. Thousand Oaks, Ca.: Sage, pp. 245-274.
- Sarbin, T. (1993). «The narrative as the root metaphor for contextualism.» In Hayes, S. C., Haye, L. J., Reese, H. W., and Sarbin, T. R., eds. *Varieties of scientific contextualism*. Reno, Nv.: Context Press, pp. 51-65.
- Sarbin, T. (1986). *Narrative psychology: The storied nature of human conduct*. New York: Praeger.
- Scott, M. B., and Lyman, S. M. (1968). *Accounts*. *American Sociological Review* 33: 46-62.
- Shils, E. (1981). *Tradition*. Chicago: University of Chicago Press.
- Skoldberg, K. (1994). «Tales of change: Public administration reform and narrative mode.» *Organization Science* 5, 2: 219-238.
- Smith, B. H. (1981). «Narrative versions, narrative theories. In Konigsberg, I., ed. *American criticism in the poststructuralist age*. Ann Arbor, Mi.: University of Michigan Press, pp. 162-186.
- Somers, M. R. (1994). «The narrative constitution of identity: A relational and network approach.» *Theory and Society* 23: 605-649.
- Taylor, C. (1985). *Human agency and language*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Tenkasi, R. V., and Boland, R. J. (1993). «Locating meaning making in organizational learning: The narrative basis of cognition.» In Woodman, R. W., and Pasmore, W. A., eds. *Research in organizational change and development*, vol. 7. Greenwich, Ct.: JAI Press, pp. 77-103.
- Thachankary, T. (1992). «Organizations as «texts»: Hermeneutics as a model for understanding organizational change.» In Pasmore, W. A., and Woodman, R. W., eds. *Research in organizational change and development*, vol. 6. Greenwich, Ct.: JAI Press, pp. 197-234.
- Toolan, M. J. (1991). *Narrative: A critical linguistic introduction*. London: Routledge.
- Turner, V. (1981). «Social dramas and stories about them.» In Mitchell, W. J. T. ed. *On narrative*. Chicago: University of Chicago Press, pp. 137-164.
- Turner, V. (1969). *The ritual process: Structure and anti-structure*. Ithaca, New York: Cornell University Press.
- Turner, V. (1967). *The forest of symbols*. New York: Cornell University Press.
- Ulrich, W. L. (1984). «HRM and culture: History, ritual, and myth.» *Human Resource Management* 23, 2: 117-125.
- Van Maanen, J. (1988). *Tales of the field*. Chicago: University of Chicago Press.
- Vico, G. (1988). *On the most ancient wisdom of the Italians*. Trans. by L. M. Palmer. Ithaca, New York: Cornell University Press.

- Weick, K. (1995). *Sensemaking in organizations*. Thousand Oaks, Ca.: Sage.
- Weick, K. (1979). *The social psychology of organizing*. Reading, Ma.: Addison Wesley.
- Weick, K., and Browning, L. (1986). «Argument and narration in organizational communication.» In Hunt, J. G., and Blair, J. D., eds. *1986 Yearly Review of Management of the Journal of Management* 12, 2: 243-259.
- White, H. V. (1987). *The content of the form: Narrative discourse and historical representation*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- White, H. V. (1981). «The value of narrativity in the representation of reality.» In Mitchell, W. J. T., ed. *On narrative*. Chicago: University of Chicago Press, pp. 1-23.
- White, H. V. (1980). *Metahistory*. Middletown, Ct.: Wesleyan University Press.
- Wilkins, A. (1983). «Organizational stories as symbols which control the organization.» In Pondy, L., Frost, P., Morgan, G., and Dandridge, T., eds. *Organizational symbolism*. Greenwich, Ct.: JAI Press, pp. 81-92.
- Wilkins, A. L., and Thompson, M. P. (1991). «On getting the story crooked (and straight).» *Journal of Organizational Change Management* 4, 3: 18-26.
- Willmott, H. C. (1984). «Images and ideals of managerial work: A critical examination of conceptual and empirical accounts.» *Journal of Management Studies* 21, 3: 349-368.
- Winch, P. (1958). *The idea of sociale science*. London: Routledge.
- Yanow, D. (1992). «Silences in public policy discourse: Organizational and policy myths.» *Journal of Public Administration Research and Theory* 2, 4: 399-423.
- Zald, M. N. (1993). «Organization studies as a scientific and humanistic enterprise: Toward a reconceptualization of the foundations of the field.» *Organization Science* 4: 513-528.